

Nutricionista ferida em mergulho mexe o braço após perder movimentos

Após fraturar a coluna em um mergulho no início de janeiro, a nutricionista e influenciadora Flávia Bueno, 35, iniciou um tratamento experimental brasileiro com a proteína polilaminina e já apresenta os primeiros sinais de resposta motora.

De acordo com imagens publicadas por sua família, a paciente começou a movimentar o braço direito pela primeira vez após o acidente. Ela estava internada na UTI do Einstein Hospital Israelita. A terapia utiliza uma substância nacional voltada à regeneração de tecidos nervosos.

O medicamento experimental à base da proteína polilaminina é resultado de 25 anos de pesquisa liderada pela professora Tatiana Coelho de Sampaio, chefe do laboratório de biologia da matriz extracelular do ICB (Instituto de Ciências Biomédicas) da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro).

O estudo se baseia na laminina, uma proteína extraída da placenta humana capaz de reorganizar e modular células do sistema nervoso. A partir dessa pesquisa, foi criada a polilaminina, um fármaco experimental aplicado diretamente na coluna. Durante os testes laboratoriais e clínicos preliminares, pacientes com perda de movimentos por lesões medulares recuperaram, parcial ou totalmente, a mobilidade.

Embora pareça promissora, a polilaminina ainda aguarda autorização da Anvisa para testes de larga escala, sendo aplicada no caso de Flávia sob protocolo judicial. Mas o órgão autorizou neste mês o início do estudo clínico para avaliar a segurança do uso da polilaminina, proteína que se mostrou capaz de regenerar lesões na medula espinhal.

No dia 3 de janeiro, Flávia estava na praia em Maresias com uma amiga quando decidiu dar um mergulho. Como turista, ela não percebeu que as águas eram rasas. Bateu em bolsão de areia e sofreu lesões que afetaram as vértebras C3, C4, C5 e C6, de acordo com a família, causando paralisia nos membros superiores e inferiores, além de perda de sensibilidade.

Ela foi internada em um hospital público de São Sebastião, mas depois foi transferida para o Einstein após a família contatar diversos especialistas sem sucesso. Segundo o irmão da influenciadora, o administrador de empresas Felipe Checchin, 37, a família buscou vários profissionais, mas o único que aceitou operá-la diante da gravidade do quadro pertencia ao corpo clínico do hospital.

Felipe afirma que Flávia não possui cobertura de plano de saúde e a decisão de mantê-la no Einstein Hospital Israelita foi estratégica. Ele explica que a família cancelou a transferência para a rede pública após receber a notícia de que outra instituição não havia autorizado a aplicação da substância em outra paciente dois dias antes. Segundo ele, a permanência no Einstein ocorreu porque o comitê de ética da unidade aprovou o procedimento.

O familiar relata que a aplicação aconteceu cerca de dez dias após a lesão. Felipe menciona que, apesar de o prazo ideal discutido pela ciência ser menor, de até 72 horas, a irmã apresentou uma evolução consistente. "Três dias após a aplicação, ela recuperou força no bíceps e dobrou o cotovelo do braço direito após comando do médico, de forma independente, algo que não tinha antes."

A paciente deixou a UTI esta semana e foi transferida para uma unidade semi-intensiva. Felipe confirma que Flávia está consciente e responde a comandos motores. Ele detalha que as cirurgias de descompressão da medula e estabilização da cervical já foram realizadas.

O quadro clínico, no entanto, ainda exige cuidados rigorosos. O deslocamento cervical bloqueou a passagem de sangue para o cérebro, causando isquemias permanentes no cerebelo e no tálamo. Conforme explica o irmão, essas lesões afetam diretamente o equilíbrio e a parte motora, mas a equipe médica trabalha com a possibilidade de o organismo estabelecer novos caminhos neurais.

Flávia Bueno, que possui 157 mil seguidores em redes sociais, não possui cobertura de plano de saúde. De acordo com o irmão da paciente, as despesas no Einstein Hospital Israelita já superaram R\$ 1 milhão. Uma mobilização digital foi aberta para custear o tratamento e as futuras etapas de reabilitação.

Fonte: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/nutricionista-ferida-em-mergulho-mexe-o-braco-apos-lesao-grave-na-medula/>

01) Assinale a alternativa na qual as duas palavras possuam dígrafos:

- (A) Fraturar – Chefe.
- (B) Brasileiro – Sucesso.
- (C) Mergulho – Espinhal.
- (D) Protocolo – Ocorreu.
- (E) Promissora – Aplicado.

02) Assinale a alternativa na qual as duas palavras sejam proparoxítonas:

- (A) Início – Cérebro.
- (B) Estratégica – Células.
- (C) Médico – Substância.
- (D) Público – Família.
- (E) Ética – Já.

03) Assinale a alternativa cuja crase seja empregada pela mesma justificativa do seu emprego no período: A terapia utiliza uma substância nacional voltada à regeneração de tecidos nervosos.

- (A) Às vezes, ele era relapso com suas obrigações.
- (B) A mensagem foi enviada à funcionária responsável pelo assunto.
- (C) A médica mostrou-se sensível à questão do medicamento.
- (D) A situação apenas piorou à medida que ele se explicava.
- (E) A reunião ocorreu às 17h.

04) Com base nas informações do texto e nas relações existentes entre as partes que o compõem, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) O medicamento experimental é resultado de pesquisa de uma professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- (B) A polilaminina mostrou-se promissora nos testes de larga escala.
- (C) A polilaminina foi aplicada na influenciadora Flávia Bueno sob protocolo judicial.
- (D) A terapia com polilaminina utiliza uma substância nacional voltada à regeneração de tecidos nervosos.
- (E) A influenciadora e nutricionista já deixou a UTI, mas ainda exige cuidados rigorosos.

05) Assinale a alternativa na qual a letra c da palavra NÃO represente o mesmo fonema representado pela letra c na palavra aplicação:

- (A) Acordo.
- (B) Cobertura.
- (C) Caminhos.
- (D) Paciente.
- (E) Custear.

06) Assinale a alternativa que apresente a justificativa adequada para o emprego da primeira vírgula no período: Após fraturar a coluna em um mergulho no início de janeiro, a nutricionista e influenciadora Flávia Bueno, 35, iniciou um tratamento experimental brasileiro com a proteína polilaminina e já apresenta os primeiros sinais de resposta motora.

- (A) Separar o vocativo.
- (B) Isolar expressão explicativa.
- (C) Isolar oração subordinada adverbial.
- (D) Separar oração coordenada sindética.
- (E) Separar os termos de uma enumeração com idêntica função sintática.

07) Assinale a alternativa que apresente a função sintática exercida pela oração subordinada em destaque no período: Como turista, ela não percebeu que as águas eram rasas.

- (A) Vocativo.
- (B) Objeto Indireto.
- (C) Sujeito.
- (D) Objeto Direto.
- (E) Predicativo do Sujeito.

08) Assinale a alternativa na qual a palavra seja acentuada pela mesma regra que justifica a acentuação na palavra saúde:

- (A) Após.
- (B) Tálamo.
- (C) Equilíbrio.
- (D) Família.
- (E) Proteína.

09) Assinale a alternativa que apresente a circunstância estabelecida pelo termo em destaque no período: Durante os testes laboratoriais e clínicos preliminares, pacientes com perda de movimentos por lesões medulares recuperaram, parcial ou totalmente, a mobilidade.

- (A) Modo.
- (B) Tempo.
- (C) Negação.
- (D) Lugar.
- (E) Intensidade.

10) Analise as afirmativas e assinale a alternativa CORRETA:

I - A palavra mobilidade possui sufixo.

II - As palavras tratamento e internada possuem sufixos.

III - A palavra possibilidade possui prefixo e sufixo.

- (A) Apenas as afirmativas I e II são corretas.
- (B) Todas as afirmativas são incorretas.
- (C) Apenas as afirmativas II e III são corretas.
- (D) Apenas a afirmativa III é correta.
- (E) Todas as afirmativas são corretas.

MATEMÁTICA

11) Maíra começou a participar de corridas de rua, ela disputa provas com 5 km de distância. Em sua última prova, seu tempo foi de 24 minutos e 40 segundos. Seu objetivo para a próxima corrida é melhorar seu desempenho em 5% em relação ao tempo anterior. Caso ela consiga, o tempo da sua próxima corrida será de:

- (A) 23 minutos e 26 segundos.
- (B) 23 minutos e 30 segundos.
- (C) 23 minutos e 16 segundos.
- (D) 23 minutos e 45 segundos.
- (E) 23 minutos e 10 segundos.

12) Uma lanchonete utiliza fatias de queijo com 25 gramas cada uma para fazer um determinado lanche. Se o valor de um quilo deste queijo custa R\$ 35,20, o valor de cada fatia é igual a:

- (A) R\$ 0,78.
- (B) R\$ 0,82.
- (C) R\$ 0,88.
- (D) R\$ 0,92.
- (E) R\$ 0,96.

13) O gerente de um cinema coletou de forma aleatória o valor gasto por 5 clientes: R\$ 38,00, R\$ 64,00, R\$ 96,00, R\$ 60,00 e R\$ 84,00. Com base nestes dados, o gerente calculou a média de gastos e utilizou o valor dessa média para estimar a receita do cinema em uma sessão com 150 clientes. Desta forma, o valor estimado da receita é de:

- (A) R\$ 9.800,00.
- (B) R\$ 9.960,00.
- (C) R\$ 10.020,00.
- (D) R\$ 10.260,00.
- (E) R\$ 11.040,00.

14) A próxima Olimpíada de verão vai ocorrer no ano de 2028, evento este que ocorre a cada 4 anos. Considerando que as Olimpíadas ocorram sempre neste intervalo de tempo, assinale a alternativa que apresenta um ano que NÃO será olímpico:

- (A) 2036.
- (B) 2044.
- (C) 2052.
- (D) 2058.
- (E) 2068.

15) O projeto de uma nova área de lazer que será construída pela Prefeitura de Petroviti. O projeto prevê a construção de um jardim com formato de triângulo retângulo de lados iguais a 12, 9 e 15 metros. Considerando estes dados, a área total do novo jardim desta área de lazer é igual a:

- (A) 48 m²
- (B) 54 m²
- (C) 36 m²
- (D) 52 m²
- (E) 60 m²

INFORMÁTICA

16) O Protocolo de transferência de hipertexto seguro (HTTPS) garante:

- (A) Criptografia ponta a ponta.
- (B) Que sua navegação seja segura.
- (C) Que a conexão é criptografada entre cliente e servidor.
- (D) Que não existe phishing.
- (E) Que o conteúdo é sempre verdadeiro.

17) Em navegadores, cookies de sessão têm como característica:

- (A) São permanentes.
- (B) São excluídos após o término da sessão de um usuário.
- (C) Ficam armazenados por anos.
- (D) São criptografados obrigatoriamente.
- (E) Servem como antivírus.

18) Uma violação de integridade ocorre quando:

- (A) Dados são apagados.
- (B) Dados ficam indisponíveis.
- (C) Dados são alterados de forma indevida.
- (D) Dados são acessados sem autorização.
- (E) Dados são criptografados.

19) O modo anônimo do navegador permite:

- (A) O rastreamento total dos dados.
- (B) Que os vírus sejam removidos.
- (C) Que seus dados de navegação não sejam rastreados.
- (D) Que o seu IP esteja oculto.
- (E) Que os cookies sejam gravados em um lugar secreto.

20) Um firewall tem a função de:

- (A) Bloquear vírus.
- (B) Bloquear Cookies.
- (C) Bloquear IP.
- (D) Fazer backup de senhas.
- (E) Bloquear acessos não autorizados.

<u>CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS</u>

21) Um Município brasileiro pretende revisar sua legislação tributária e pretenda instituir algumas taxas. Os tributos, com seus respectivos fatos geradores ou base de cálculo, são os seguintes:

I - Taxa com incidência sobre o valor venal dos imóveis urbanos do Município.

II - Taxa calculada sobre o valor do serviço tributado pelo Imposto sobre Serviços (ISSQN) dos Contribuintes do Município.

III - Taxa cobrada pela disponibilidade de serviço de coleta de lixo, independente de utilização efetiva.

IV - Taxa em decorrência do poder de polícia, cobrado pelo funcionamento de estabelecimentos comerciais no Município.

Com base no Código Tributário Nacional (Lei Federal nº 5.172/1966), podem ser instituídos os tributos que constam:

- (A) Somente as afirmativas I e II.
- (B) Somente as afirmativas II e III.
- (C) Somente as afirmativas III e IV.
- (D) Somente as afirmativas I, II e III.
- (E) Somente as afirmativas I, III e IV.

22) As taxas representam um dos tributos que podem ser instituídos e cobrados pelos Municípios, assegurando recursos necessários em caixa para a manutenção das atividades estatais do Ente. Assinale a alternativa que apresenta uma informação INCORRETA acerca das taxas:

- (A) O aumento no valor da taxa somente pode entrar em vigor após transcorrido o prazo de noventa dias da publicação da lei que majorou seu valor.
- (B) As taxas não podem ser cobradas de outros Entes públicos.
- (C) Não é permitida a cobrança de taxas em razão da valorização imobiliária decorrente da realização de obra pública.
- (D) A instituição ou aumento no valor da taxa somente pode ser cobrado no exercício seguinte ao que ocorreu a publicação da lei que a instituiu ou aumentou seu valor.
- (E) É permitida a cobrança de taxas das entidades religiosas e templos de qualquer culto.

23) Considere os seguintes fatos ocorridos:

- 05/06/2025: ocorrência de fato gerador de operação tributária, com base de cálculo de R\$ 10.000,00 e alíquota de 4%.
- 20/07/2025: cometimento de infração à legislação tributária, com previsão de multa no valor de R\$ 200,00.
- 10/08/2025: considerando que o Contribuinte não realizou nenhuma ação relacionada ao tributo e a infração à legislação tributária, o Fiscal de Tributos efetuou o lançamento, com valores originais de R\$ 400,00 e R\$ 200,00.
- 01/09/2025: a partir desta data, a alíquota incidente sobre fatos geradores que ocorrerão passa a ser de 3%.
- 10/09/2025: nesta data o Contribuinte apresentou recurso contestando o valor original do tributo e o valor da infração lançados.
- 01/11/2025: a partir desta data, infrações iguais a cometida pelo Contribuinte passa a ter o valor reduzido para R\$ 100,00.
- Dezembro/2025: julgamento do Recurso apresentado.

Com base na legislação vigente, assinale o valor original (desconsiderando multa e juros por atraso) do tributo e da infração à legislação tributária devidos pelo Contribuinte após a análise do recurso:

- (A) R\$ 300,00 e R\$ 100,00.
- (B) R\$ 400,00 e R\$ 100,00.
- (C) R\$ 350,00 e R\$ 150,00.
- (D) R\$ 300,00 e R\$ 200,00.
- (E) R\$ 400,00 e R\$ 200,00.

24) Um Contribuinte realizou uma operação que resulta em falta de pagamento de tributo e multa por infração à legislação tributária. Percebendo o erro, o Contribuinte se dirigiu à Secretaria Municipal da Fazenda para regularizar sua situação e efetuar o pagamento devido. Sabendo que não havia iniciado nenhum procedimento relativo aos fatos ocorridos, para regularizar sua situação, com base no Código Tributário Nacional, o Contribuinte deverá recolher:

- (A) Somente o valor original do tributo.
- (B) Somente o valor original do tributo e o valor da multa.
- (C) Somente o valor da multa.
- (D) Somente o valor do tributo, acrescido de encargos por mora (atraso).
- (E) O valor do tributo, acrescido de encargos por mora (atraso) e a multa por infração à legislação tributária.

25) O fiscal de Tributos do Município recebeu duas demandas de Contribuintes do Município. As demandas se referem ao domicílio tributário e foram as seguintes:

- Contribuinte X: Pessoa Física (Natural) realiza sua atividade econômica habitual na área central do Município, mas solicita mudança do seu domicílio tributário para área rural do Município onde possui um sítio, local de sua residência. Analisando o local, verificou-se que é de difícil acesso e pode prejudicar alguma eventual fiscalização (localização) do Contribuinte.

- Contribuinte Y: Pessoa Jurídica solicita mudança do domicílio tributário para o endereço residencial do sócio da pessoa jurídica. Após análise se verificou que o endereço não prejudicaria a cobrança de tributos ou fiscalização.

Com base nos dispositivos do Código Tributário Nacional, é CORRETO afirmar que:

(A) O Domicílio tributário da Pessoa Física será sempre a sua residência e da Pessoa Jurídica é o local da sua sede.

(B) O Contribuinte Pessoa Física pode optar por um dos dois domicílios mencionados, mas a Pessoa Jurídica terá como domicílio tributário obrigatório o local da sua sede.

(C) O domicílio tributário da Pessoa Física pode ser recusado pelo Fisco Municipal, enquanto o domicílio eleito pela Pessoa Jurídica está de acordo com a legislação e deve ser aceito.

(D) O Domicílio tributário da Pessoa Física será sempre o local da sua atividade econômica habitual e da Pessoa Jurídica poderá ser somente a sede da empresa ou uma de suas filiais.

(E) Ambos pedidos devem ser aceitos pelo Fisco Municipal.

26) A Obrigação tributária surge com a ocorrência do fato gerador, momento em que devem ser verificados os demais requisitos para a constituição do lançamento. Analise as afirmativas abaixo que tratam da capacidade tributária e da responsabilidade tributária dos sucessores:

I - A capacidade tributária independe da capacidade civil das pessoas naturais (físicas).

II - A capacidade tributária das pessoas jurídicas independe dela estar regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.

III - O sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro são pessoalmente responsáveis pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão do legado ou da meação.

IV - Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.

Estão CORRETAS:

(A) Somente as afirmativas I, II e III.

(B) Somente as afirmativas I, II e IV.

(C) Somente as afirmativas I, III e IV.

(D) Somente as afirmativas II, III e IV.

(E) Todas as afirmativas.

27) Do ponto de vista tributário, a prestação de informações para a autoridade administrativa no interesse da arrecadação ou fiscalização de tributos, como por exemplo, o envio de declaração tributária por meio eletrônico para o Fisco, é classificada como:

(A) Penalidade pecuniária.

(B) Condição resolutória.

(C) Obrigação acessória.

(D) Procedimento preliminar.

(E) Solidariedade tributária.

28) Assinale a alternativa que apresenta a modalidade de lançamento em que o Sujeito Passivo antecipa o pagamento do tributo, sem análise prévia da autoridade administrativa:

- (A) Homologação.
- (B) Consolidação.
- (C) Revisão.
- (D) Alocação.
- (E) Diferimento.

29) Considere as seguintes informações:

- **Constituição do crédito tributário (lançamento): 10/10/2025.**
- **Vencimento do crédito tributário: 10/11/2025.**
- **Apresentação de Recurso contra o lançamento tributário (Impugnação total): 31/10/2025.**
- **Decisão administrativa definitiva deferindo o pedido do Sujeito Passivo: 19/12/2025.**

Com base nas informações apresentadas, é CORRETO afirmar que:

- (A) O crédito tributário se passa para a (em cobrança) em 30/11/2025, trinta dias após a apresentação do Recurso.
- (B) O crédito tributário permanece na situação exigível (em cobrança) até a decisão administrativa definitiva
- (C) O crédito tributário é considerado extinto no momento da apresentação do Recurso (31/10/2025).
- (D) O crédito tributário será modificado para extinto a partir de 31/10/2025, passando para a situação excluído na data de 19/12/2025.
- (E) O crédito tributário apresenta a situação suspenso até a decisão do Recurso, que será considerado extinto em 19/12/2025.

30) Um Contribuinte possuía débitos tributários perante o Fisco Municipal. Os dados dos tributos devidos são os seguintes:

- **Crédito tributário constituído em 30/06/2020, não inscrito em dívida ativa, na situação em cobrança administrativa e sem início de ação judicial para cobrança. Alegada prescrição do crédito tributário pelo Contribuinte.**
- **Crédito tributário na situação inscrito em dívida ativa, com solicitação de compensação de parte do valor devido e parcelamento do valor restante. Contribuinte possui saldo para compensação.**

Com base nas informações acima e no Código Tributário Nacional, é CORRETO afirmar que:

- (A) O crédito tributário regularmente inscrito não está sujeito à prescrição. Os créditos tributários inscritos em dívida ativa podem ser objeto de parcelamento, mas não de compensação.
- (B) O crédito tributário regularmente inscrito não está sujeito à prescrição, mas os pedidos de compensação e parcelamento são possíveis para créditos tributários inscritos em dívida ativa.
- (C) O pedido de prescrição deve ser deferido, bem como o pedido de parcelamento, mas créditos tributários inscritos em dívida ativa não podem ser objeto de compensação.
- (D) O pedido de prescrição deve ser deferido, bem como o pedido de compensação, mas créditos tributários inscritos em dívida ativa não podem ser objeto de parcelamento.
- (E) O pedido de prescrição deve ser deferido, bem como os pedidos de compensação e parcelamento são possíveis para créditos tributários inscritos em dívida ativa.

31) Considere as seguintes informações:

- Ocorrência do fato gerador: 31/07/2025.
- Envio de declaração com informações por parte do Sujeito Passivo: 31/08/2025.

Com base nas informações acima e do Código Tributário Nacional (Lei Federal nº 5.172/1966), assinale o prazo máximo que poderá ocorrer o lançamento do tributo:

- (A) 31/08/2029.
- (B) 31/07/2030.
- (C) 31/08/2030.
- (D) 31/12/2030.
- (E) 31/07/2031.

32) O Fiscal de Tributos do Município iniciou procedimento de fiscalização relativo a determinado Contribuinte por possível ocorrência à legislação tributária municipal. Foi aberto processo administrativo e realizada a ciência ao fiscalizado. O Fiscal de Tributos não obteve as informações necessárias diretamente com o Contribuinte, por esta razão enviou, por escrito e informando o número do processo administrativo, as seguintes solicitações:

I - Ao Registro de Imóveis do Município solicitando informações acerca dos bens imóveis de propriedade do fiscalizado.

II - Ao Governo do Estado solicitando informações acerca da situação econômica do fiscalizado.

III - À instituição financeira (banco) onde o fiscalizado possui relacionamento (conta corrente), solicitando informações sobre seus negócios e atividades.

IV - Ao inventariante em processo que corre sobre sigilo judicial, em que o fiscalizado consta como um dos herdeiros.

Segundo o Código Tributário Nacional, devem ser prestadas as informações:

- (A) Somente nas solicitações I, II e III.
- (B) Somente nas solicitações I, II e IV.
- (C) Somente nas solicitações I, III e IV.
- (D) Somente nas solicitações II, III e IV.
- (E) De todas as solicitações.

33) O Fisco Municipal pretende dar mais visibilidade para os dados tributários do Município. Diante deste cenário, foram identificadas as seguintes informações que estariam disponíveis para publicação no site do Município:

I - Fiscalizações tributárias em andamento, por sujeito passivo e com valor estimado do lançamento tributário.

II - Dados dos valores inscritos em dívida ativa tributária do Município.

III - Informações sobre parcelamentos concedidos para contribuintes do Município.

IV - Montante dos tributos municipais pago no exercício financeiro, identificado pelo número do cadastro da pessoa jurídica junto ao Município.

Segundo o Código Tributário Nacional, podem ser divulgadas as informações:

- (A) Somente as previstas nos itens I e II.
- (B) Somente as previstas nos itens I e III.
- (C) Somente as previstas nos itens II e III.
- (D) Somente as previstas nos itens II e IV.
- (E) Somente as previstas nos itens III e IV.

34) A Constituição Federal da República Federativa do Brasil define competências, requisitos e limitações em matéria tributária. Analise as afirmativas abaixo que tratam dos impostos sobre a propriedade predial e territorial urbana previsto na Constituição:

I - O Imposto sobre propriedade predial e territorial urbana poderá ser progressivo em razão do valor do imóvel.

II - O Imposto sobre propriedade predial e territorial urbana poderá ter sua base de cálculo atualizada pelo Poder Executivo, conforme critérios estabelecidos em lei municipal.

III - O Imposto sobre propriedade predial e territorial urbana não incide sobre templos de qualquer culto, ainda que as entidades abrangidas pela imunidade constitucional sejam apenas locatárias do imóvel.

IV - O Imposto sobre propriedade predial e territorial urbana poderá ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.

Estão CORRETAS:

- (A) Somente as afirmativas I, II e III.
- (B) Somente as afirmativas I, II e IV.
- (C) Somente as afirmativas I, III e IV.
- (D) Somente as afirmativas II, III e IV.
- (E) Todas as afirmativas.

35) A Constituição Federal do Brasil determina os percentuais da repartição tributária que devem ser distribuídos para cada Ente público. Considere as seguintes informações:

- R\$ 400.000,00: valor arrecadado com imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza sobre rendimentos pagos pelo Município A.

- R\$ 200.000,00: valor arrecadado com imposto sobre a propriedade territorial rural relativo aos imóveis rurais do Município A. Considere que o Município A realiza a cobrança e fiscalização do tributo, sem resultar em redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.

- R\$ 500.000,00: valor arrecadado com do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados no Município A.

Com base nas normas constitucionais, o valor que cabe ao Município A totaliza:

- (A) R\$ 1.100.000,00.
- (B) R\$ 850.000,00.
- (C) R\$ 700.000,00.
- (D) R\$ 650.000,00.
- (E) R\$ 550.000,00.

36) No ano de 2023 foi aprovada a Emenda Constitucional nº 132 que foi chamada de reforma do sistema tributário, instituindo novos tributos, competências e características que devem ser observadas pelos Entes públicos. A Emenda Constitucional nº 32 determinou que lei complementar instituirá imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios. A norma define que o imposto previsto será informado pelo princípio da neutralidade, dentre outras características. Assinale a única informação INCORRETA acerca do imposto de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios, previsto pela Emenda Constitucional nº 132:

- (A) Cada ente federativo fixará sua alíquota própria por lei específica.
- (B) Não integrará sua própria base de cálculo.
- (C) Sempre que possível, terá seu valor informado, de forma específica, no respectivo documento fiscal.
- (D) Será cumulativo, vedado o abatimento do valor do imposto nas operações anteriores.
- (E) Será cobrado pelo somatório das alíquotas do Estado e do Município de destino da operação.

37) A Emenda Constitucional nº 132/2023 estabeleceu critérios de repartição das receitas do Imposto de Competência Compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios. Assinale a alternativa que apresenta CORRETAMENTE os critérios e percentuais de repartição das receitas pertencentes aos Municípios relativos ao imposto mencionado:

- (A) 80% na proporção da população local e 5% com base em indicadores de preservação ambiental.
- (B) 75% na proporção da população local e 10% com base em indicadores de preservação ambiental.
- (C) 70% na proporção da população local e 5% com base em indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem.
- (D) 65% na proporção da população local e 15% com base em indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem.
- (E) 60% na proporção da população local e 25% com base em indicadores de preservação ambiental e de melhoria nos resultados de aprendizagem.

38) A Lei Complementar Federal nº 123/2006 trata das normas simplificadas que serão dispensadas, por todos os Entes públicos, para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Assinale a alternativa que apresenta, respectivamente, o valor máximo da receita bruta auferido no ano-calendário para enquadramento como Microempreendedor Individual e Microempresa:

- (A) R\$ 81.000,00 e R\$ 420.000,00.
- (B) R\$ 81.000,00 e R\$ 360.000,00.
- (C) R\$ 76.000,00 e R\$ 320.000,00.
- (D) R\$ 76.000,00 e R\$ 240.000,00.
- (E) R\$ 60.000,00 e R\$ 120.000,00.

39) A Lei Complementar Federal nº 123/2006 institui o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte: Simples Nacional. O Simples Nacional implica o recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação. Assinale a única alternativa que apresenta uma afirmativa INCORRETA acerca do Simples Nacional:

- (A) Empresas não optantes que contratarem serviços de empresas optantes pelo Simples Nacional sujeitos à retenção na fonte, deverão recolher o valor retido através do documento único de arrecadação do Simples Nacional.
- (B) É permitido ao Contribuinte do Simples Nacional efetuar o pagamento do ISS (Imposto Sobre Serviços) em valor fixo.
- (C) É permitido ao Contribuinte do Simples Nacional recolher o ISS (Imposto Sobre Serviços) para Município diverso do estabelecimento do prestador de serviços.
- (D) A alíquota do ISS (Imposto Sobre Serviços) retido na fonte corresponderá à alíquota efetiva do referido tributo a que estiver sujeito o Contribuinte no mês anterior ao da prestação do serviço.
- (E) O valor do ISS (Imposto sobre Serviços) retido, devidamente recolhido, será definitivo, não sendo objeto de partilha com os municípios, e sobre a receita de prestação de serviços que sofreu a retenção não haverá incidência de ISS a ser recolhido no Simples Nacional.

40) A Lei Complementar Federal nº 116/2003 dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza e estabelece que a alíquota mínima do Imposto será de:

- (A) 1%.
- (B) 2%.
- (C) 3%.
- (D) 4%.
- (E) 5%.

41) CGSN: Comitê Gestor do Simples Nacional. A Lei Complementar Federal nº 123/2006 define critérios de fiscalização e restituição dos valores do Simples Nacional. Assinale a alternativa INCORRETA no que se refere aos dispositivos do Simples Nacional:

(A) É vedada a exigência de obrigações tributárias acessórias relativas aos tributos apurados na forma do Simples Nacional além daquelas estipuladas pelo CGSN e atendidas por meio do Portal do Simples Nacional, bem como, o estabelecimento de exigências adicionais e unilaterais pelos entes federativos, exceto os programas de cidadania fiscal.

(B) A competência para fiscalizar o cumprimento das obrigações tributárias relativas ao Simples Nacional é da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda e das secretarias de fazenda ou de finanças do Estado, do Distrito Federal ou do Município.

(C) O valor não pago, apurado em procedimento de fiscalização, será exigido em lançamento de ofício pela autoridade competente que realizou a fiscalização.

(D) No caso em que seja apurada omissão de receita, de que não se consiga identificar a origem em relação ao contribuinte do Simples Nacional, a autuação utilizará a menor alíquota prevista na Lei Complementar Federal nº 123/2006.

(E) Os dados dos documentos fiscais e declarações de qualquer espécie serão compartilhados entre as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma estabelecida pelo CGSN.

42) A contabilidade é utilizada para controlar e evidenciar o patrimônio e os resultados das empresas e pode ser utilizada pelos Fiscais de Tributos para verificar se os registros estão de acordo com as normas legais ou se apresentam alguma inconsistência. Considere as seguintes informações para resolução da questão:

DATA	OPERAÇÃO	VALOR
03/11/2025	Recebimento de venda realizada em outubro/2025	R\$ 70.000,00
05/11/2025	Venda realizada para recebimento em 05/12/2025	R\$ 50.000,00
18/11/2025	Pagamento de despesa de outubro/2025	R\$ 60.000,00
28/11/2025	Despesa do mês a ser paga em 10/12/2025	R\$ 80.000,00

Com base nas normas brasileiras de contabilidade, o resultado (lucro ou prejuízo) do mês de novembro de 2025 foi:

(A) Prejuízo de R\$ 30.000,00.

(B) Prejuízo de R\$ 20.000,00

(C) R\$ 0,00.

(D) Lucro de R\$ 20.000,00.

(E) Lucro de R\$ 30.000,00.

43) Considere as seguintes operações realizadas por uma Empresa Prestadora de serviços:

- Receita bruta com prestação de serviços: R\$ 300.000,00.

- Alíquota do ISSQN para este serviço: 4%.

- Saldo de ISSQN a compensar de meses anteriores: R\$ 2.000,00.

- ISSQN retido sobre a prestação de serviços no mês: R\$ 1.000,00.

Com base nos dados acima, é CORRETO afirmar que a despesa com ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza) no período foi de:

(A) R\$ 13.000,00.

(B) R\$ 12.000,00.

(C) R\$ 11.000,00.

(D) R\$ 10.000,00.

(E) R\$ 9.000,00.

44) Considere as seguintes informações para a resolução da questão:

- Valor do ISSQN do mês anterior que será pago no mês corrente: R\$ 15.000,00.
- Saldo de ISSQN a compensar de meses anteriores: R\$ 3.000,00.
- ISSQN retido sobre a prestação de serviços no mês: R\$ 2.000,00.

Considere que a empresa utilizou o saldo total de ISSQN a compensar e ISSQN retido para abatimento/compensação do valor devido. No momento da realização dos registros contábeis das compensações, abatimentos e pagamento do ISSQN, podemos afirmar que a redução do Ativo e do Passivo da empresa foi:

- (A) Ativo redução de R\$ 15.000,00 e Passivo redução de R\$ 13.000,00.
- (B) Ativo redução de R\$ 15.000,00 e Passivo redução de R\$ 15.000,00.
- (C) Ativo redução de R\$ 13.000,00 e Passivo redução de R\$ 15.000,00.
- (D) Ativo redução de R\$ 12.000,00 e Passivo redução de R\$ 15.000,00.
- (E) Ativo redução de R\$ 12.000,00 e Passivo redução de R\$ 12.000,00.

45) Segundo o Código Tributário do Município de Verê, verificando-se infração de dispositivo da legislação tributária que importe ou não em evasão fiscal, lavrar-se-á Auto de Infração correspondente. Analise as afirmativas abaixo que tratam das normas do Auto de Infração:

I - As omissões ou incorreções do Auto de Infração o tornam nulo, devendo ser iniciado novo procedimento de fiscalização com nova intimação ao Contribuinte.

II - A assinatura do autuado não constitui formalidade essencial à validade do Auto de Infração e não implica confissão, nem a sua falta ou recusa implicará nulidade do auto ou agravamento da infração.

III - A redução do débito fiscal exigido por meio de Auto de Infração, efetuada em decorrência de prova produzida nos autos do julgamento administrativo, caracteriza a existência de erro de fato e pode ser considerada causa para nulidade do Auto de Infração.

IV - O Auto de Infração poderá deixar de ser lavrado desde que a infração não implique falta ou atraso de pagamento do tributo e, por sua natureza ou pela notória boa-fé do infrator, puder ser corrigida, sem imposição de penalidade, nos termos das instruções a serem baixadas pela Secretaria Municipal da Fazenda.

Segundo o Código Tributário Nacional, podem ser divulgadas as informações:

- (A) Somente as previstas nos itens I e II.
- (B) Somente as previstas nos itens I e III.
- (C) Somente as previstas nos itens II e III.
- (D) Somente as previstas nos itens II e IV.
- (E) Somente as previstas nos itens III e IV.

46) Assinale a alternativa que preenche CORRETAMENTE as lacunas.

De acordo com o Código Tributário Municipal, o autuado que efetuar o pagamento das importâncias constantes do Auto de Infração dentro do prazo nele fixado, poderá ter reduzido o valor das multas, exceto a moratória, de _____. Na hipótese de impugnação ao Auto de Infração, quando denegatória a decisão administrativa de primeira instância, se o autuado efetuar o pagamento das importâncias devidas dentro do prazo para interposição de recurso terá o valor das multas reduzido em _____, e o procedimento tributário será arquivado.

- (A) 10% (dez por cento) e 10% (dez por cento).
- (B) 20% (vinte por cento) e 15% (quinze por cento).
- (C) 25% (vinte e cinco por cento) e 20% (vinte por cento).
- (D) 35% (trinta e cinco por cento) e 25% (vinte e cinco por cento).
- (E) 50% (cinquenta por cento) e 30% (trinta por cento).

47) O sujeito passivo poderá impugnar a exigência fiscal, independentemente de prévio depósito, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação do lançamento, da intimação do Auto de Infração ou do Termo de Apreensão, mediante defesa escrita, alegando, de uma só vez toda matéria que entender útil e juntando os documentos comprobatórios das razões apresentadas. Assinale a alternativa CORRETA acerca da Primeira Instância Administrativa prevista no Código Tributário Municipal:

- (A) Considera-se não impugnada a matéria que não tenha sido expressamente contestada pelo impugnante, admitindo-se a juntada de prova documental durante a tramitação do processo, até a fase de interposição de recurso voluntário.
- (B) Não é permitida a lavratura de novo Auto de Infração em razão do agravamento da exigência inicial, verificada durante a tramitação do processo administrativo.
- (C) Caso o Contribuinte concorde parcialmente com o Auto de Infração poderá interpor Recurso Voluntário sem necessidade de efetuar o pagamento da parte não contestada.
- (D) A decisão da autoridade administrativa de primeira instância que exonerar o sujeito passivo do pagamento de tributos ou de multas resulta em arquivamento do processo, independente do seu valor.
- (E) É vedado ao Sujeito Passivo solicitar diligências ou perícias na Impugnação apresentada.

48) O contribuinte ou responsável é assegurado o direito de consulta sobre interpretação e aplicação da legislação tributária, desde que protocolada antes do início da ação fiscal e em obediência às normas estabelecidas. Sobre a Consulta prevista no Código Tributário Municipal, é INCORRETO afirmar:

- (A) Na hipótese de mudança de orientação fiscal, a nova regra atingirá a todos os casos, ressalvando o direito daqueles que procederem de acordo com a regra vigente, até a data da alteração ocorrida.
- (B) Nenhum procedimento tributário ou ação fiscal será iniciado contra o sujeito passivo, em relação à espécie consultada, durante a tramitação da Consulta.
- (C) A resposta à Consulta é vinculativa para a Administração Fazendária, salvo se obtida mediante elementos inexatos fornecidos pelo consulente.
- (D) A Consulta será solucionada em primeira instância pela autoridade fiscal, podendo ser apresentado Recurso ou Pedido de Reconsideração que será analisado pelo Prefeito Municipal.
- (E) A Consulta também pode ser formulada por entidade representativa de categoria econômica ou profissional, com legítimo interesse na matéria consultada, em relação aos seus representados.

49) O Código Tributário Municipal define que a reincidência em infração da mesma natureza é punida com multa em dobro, acrescida de 20% (vinte por cento) a cada nova reincidência. Para fins de aplicação do acréscimo mencionado, será considerada reincidência a repetição de falta idêntica pelo mesmo contribuinte ou responsável anteriormente responsabilizado, em virtude de decisão administrativa transitada em julgado nos últimos:

- (A) 02 (dois) anos.
- (B) 03 (três) anos.
- (C) 04 (quatro) anos.
- (D) 05 (cinco) anos.
- (E) 06 (seis) anos.

50) Constitui infração fiscal toda ação ou omissão que importe em inobservância, por parte do contribuinte, responsável ou terceiro, das normas estabelecidas na legislação tributária municipal. Assinale a alternativa que NÃO apresenta uma omissão de operação tributária nos termos do Código Tributário Municipal:

- (A) Ocorrência de saldo credor nas contas do Ativo Circulante ou do Realizável.
- (B) Emissão de documento fiscal consignando preço inferior ao valor real da operação.
- (C) Aporte de recursos financeiros por parte dos sócios da Pessoa Jurídica.
- (D) Falta de retenção, quando da responsabilidade por substituição tributária, nos pagamentos a contribuintes substituídos.
- (E) Início de atividades sem inscrição do sujeito passivo no Cadastro Fiscal.